

## PRINCIPAIS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DAS PROPOSTAS CURRICULARES DO ESTADO E DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Maria Vanusia de Oliveira Silva  
Universidade Cruzeiro do Sul  
*mavanu13@yahoo.com.br*

Luís da Silva Campos  
Universidade Cruzeiro do Sul  
Instituto Mauá de Tecnologia  
Universidade Guarulhos  
*proflula@ig.com.br*

Mauro Sérgio Teixeira de Araújo  
Universidade Cruzeiro do Sul  
*mstaraujo@uol.com.br*

### Resumo

Neste trabalho investigamos as principais características envolvidas em diferentes definições de currículo, buscando identificar pontos divergentes e convergentes segundo a literatura especializada. Para isso, procuramos tomar por base uma pesquisa bibliográfica que envolveu diversas obras e a partir deste referencial teórico foram analisadas as propostas curriculares do estado e do município de São Paulo. Com a finalidade de compará-las e determinar suas principais diferenças e semelhanças, relacionamos as propostas curriculares com as ideias dos autores que fundamentam essa pesquisa. Apresentamos algumas considerações sobre possíveis reflexos que as concepções de currículo inerentes a cada uma destas propostas podem ocasionar nos processos de ensino e aprendizagem, no desenvolvimento de valores e atitudes dos estudantes, na inserção do aluno no mercado de trabalho, no exercício da cidadania dos indivíduos e em elementos relacionados à formação de professores, compondo um conjunto de aspectos subjacentes à questão curricular.

**Palavras-chaves:** Comparação de propostas curriculares; Definição de currículo; Currículo do estado de São Paulo; Currículo do município de São Paulo.

### 1. Introdução

Para uma parcela significativa das pessoas o currículo é associado frequentemente à ideia de matéria ou disciplina escolar (ALMEIDA; VALENTE, 2011). É possível constatar que algumas áreas de conhecimento recebem maior espaço nas grades curriculares do que outras, o que pode nos dar uma impressão de que existem conhecimentos que são privilegiados, enquanto outros são praticamente esquecidos. De acordo com Almeida e Valente (2011), as disciplinas criam um conhecimento dividido em camadas e quanto maior essa divisão, ou seja, quanto mais camadas, maior será a clareza sobre quais conhecimentos serão incluídos ou excluídos dos currículos escolares. Porém, esta é uma percepção muito

limitada de

currículo, visto que ele compreende outros aspectos relevantes além dos conteúdos específicos das diferentes disciplinas escolares.

Neste trabalho temos como objetivos caracterizar alguns significados para o currículo, tendo por base a literatura especializada, analisar as mudanças conceituais observadas ao longo da história e oferecer elementos que servirão de referência para a comparação entre as propostas curriculares do município de São Paulo e do estado de São Paulo. Por meio desta pesquisa disponibilizaremos informações sobre as propostas curriculares analisadas tais como estruturação, princípios que as norteiam, seus objetivos, as formas de avaliações que são propostas, as relações com as formações continuadas dos docentes, entre outros.

As mudanças que ocorrem nas propostas curriculares precisam se articular às transformações que tem ocorrido na sociedade, pois é a proposta curricular que vai indicar os princípios e orientar as políticas de escolarização, caracterizando-se por um grupo de ideias e ações que conversam com as políticas globais e atuam nas realidades locais. A partir dessa problemática da pesquisa e por meio da análise das propostas curriculares do estado de São Paulo e do Município de São Paulo, pretendemos responder a seguinte questão norteadora: *Quais são as principais diferenças e semelhanças encontradas entre as propostas curriculares do estado de São Paulo e do município de São Paulo?*

## 2. O currículo: definição, Teorias e Propostas Curriculares

Segundo Almeida e Valente (2011), definir o currículo é escolher um ponto de vista que tem relação com percurso, trajetória, ou seja, ultrapassa os conteúdos ou temas curriculares, ligado ao lugar e ao tempo em que as coisas estão acontecendo. Não se pode ensinar aos alunos somente aquilo que é do seu interesse no momento, mas é evidente que há argumentos sugerindo estudos a partir daquilo que lhes é atrativo. Sobre a importância do interesse e da participação dos alunos no processo de ensino, Tyler (1986, p. 10) nos diz que “A educação é um processo ativo que envolve os esforços ativos do próprio aluno”.

Na mesma linha de Almeida e Valente (2011), Moreira e Silva (1995, p. 8) nos alerta para a construção social do currículo, ao nos dizer que: “O currículo não é um elemento transcendente e atemporal, ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação”. Dessa forma, o currículo é

considerado uma ferramenta que pode ser usada para o alcance do controle social, sendo a escola responsável por introduzir e cristalizar valores e hábitos que tornam esse caminho mais fácil.

A importância do currículo para explicitar os objetivos educacionais é defendida por Tyler (1986). Segundo esse autor, muitos programas educacionais não possuem metas visivelmente estabelecidas e em muitos casos o professor não conhece os objetivos que pretende alcançar. Tais afirmações não tem a intenção de colocar em dúvida o talento e o magnífico trabalho realizado pelos professores, não há receios quanto a isso. Mas é importante informar que os docentes não possuem um conceito esclarecido sobre as metas educacionais a serem alcançadas.

Não devemos entender o currículo como uma fonte isolada de informações em que os objetivos educacionais são desvinculados da prática dos professores. Essa visão é criticada por Tyler (1986, p. 5) quando nos diz que: “[...] Nenhuma fonte isolada de informação é adequada a fornecer uma base para decisões amplas e criteriosas sobre os objetivos da escola.” Nesse sentido, entendemos que o conceito de currículo está relacionado a conhecimento, a cultura e à edificação social. O currículo agrega conteúdos culturais escolhidos criteriosamente com objetivos definidos, para utilizá-lo em situações de aprendizagem, valendo-se de recursos, estratégias, experiências e tudo que puder ser movido nesse intento (VALENTE; ALMEIDA, 2011).

Nessa mesma linha de raciocínio, Gimeno Sacristán (2000) afirma que ao escolhermos um currículo, efetivamos o papel da escola e a maneira de tratar suas funções num determinado contexto histórico e social. A dimensão política do currículo também foi discutida por Goodson (2002). Segundo esse autor o currículo é constituído de muitas astúcias, utilidades e relações de poder. Os conteúdos e as formas apresentadas no currículo fazem parte do contexto cultural, político, social e escolar, estando assim, repleto de valores e conjecturas.

Por outro lado Gimeno Sacristán (2000), nos chama a atenção para o papel fundamental do currículo no sentido de direcionar as ações educacionais da escola. Segundo esse autor todos os propósitos relacionados direta ou indiretamente à escola, socialização, formação, segregação, etc., tem obrigatoriamente uma reprodução nos objetivos que norteiam o currículo. Portanto, apresentar interesse pelas questões envolvendo-o é aceitar que é através

dele que a escola exerce sua função como instituição. Boas propostas curriculares devem auxiliar as escolas em busca de respostas aos questionamentos feitos pela sociedade. São essas propostas que possibilitam a construção de valores e fundamentam posturas e práticas (BARRETO, 2000).

Não podemos nos esquecer que por meio da educação é possível vencer os obstáculos em relação à inserção aos mercados mais competitivos, que um indivíduo pode mover-se socialmente, ganhando ascendência e ainda que podemos garantir a todos os conhecimentos básicos para o pleno exercício da cidadania, pois tem a função de tratar o indivíduo como objeto central da cultura (BARRETO, 2000).

Por outro lado não podemos atribuir apenas a educação a responsabilidade de “consertar” a sociedade e melhorar a qualidade de vida da população, sem levar em conta as influências econômicas, culturais, políticas, religiosas entre outras. A escola e consequentemente a educação estão inseridas em um contexto social complexo que tem influência de diversos fatores da sociedade, no entanto essas questões não recebem atenção dos currículos oficiais pois lidam com esses temas de forma superficial e genérica (BARRETO, 2000).

### 3. Metodologia de Pesquisa

A pesquisa qualitativa é utilizada quando o objetivo é descrever de forma aprofundada o objeto de estudo. Mascarenhas (2012) afirma que na pesquisa qualitativa as informações são obtidas e analisadas simultaneamente. Os estudos são descritivos, que possuem a intenção de compreender o objeto, cuja interferência do pesquisador sobre a pesquisa é considerada essencial. A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias compreende boa parte da bibliografia publicada e que esteja relacionada ao objeto do estudo através de registros disponíveis, resultado de pesquisas passadas e registradas em livros, artigos, teses, etc. (SEVERINO, 2007).

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), o objetivo desse tipo de trabalho é que o pesquisador analise obras e publicações sobre o tema de estudo. Como o objetivo em questão é apresentar as principais diferenças e semelhanças entre as propostas curriculares do Estado

Município de São Paulo, pode-se caracterizar essa pesquisa do tipo qualitativa bibliográfica.

#### **4. Análise das Proposta curricular do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo**

Em 2013 a Rede Municipal de Ensino iniciou um processo reformulação por meio de uma consulta pública. Foi implementada em 2014 e está em vigou até hoje. A nova proposta determina que os integrantes da Educação Municipal precisam se estruturar a fim de atender um princípio básico: melhorar a qualidade da aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

É relevante destacar novas práticas educativas na Educação Infantil, vinculadas aos direitos da criança e que associam experiências e saberes com a formação cultural, artística, científica, ambiental e tecnológica, o alcance o uso analítico e a autoria da individual e coletiva das Tecnologias e Informação e Comunicação, garantindo o seu desenvolvimento integral (SÃO PAULO – SME, 2013).

É importante ressaltar a Educação de Jovens e Adultos e a indispensável união entre as diversas maneiras de atendimento, de forma a integrar a Educação Escolar com o mercado de trabalho, o mundo digital, dos hábitos e das atividades sociais que atenda aos seus interesses (SÃO PAULO – SME, 2013). A avaliação é do tipo formativa, uma ferramenta curricular para a aprendizagem, no instante em que possibilita ponderação e condução no sentido de estudo do aluno e de trabalho do professor (SÃO PAULO – SME, 2013).

A proposta reorganiza os ciclos do Ensino Fundamental em três fases, com intervalos de tempo de três anos cada uma. Ciclo I – Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º Ano): tem enfoque na construção de conhecimentos, valores e habilidades para a escrita, leitura e oralidade. Ciclo II – Ciclo Interdisciplinar – (4º ao 6º ano): é um ciclo relacionado à leitura, escrita e resolução de problemas matemáticos, destacando as ciências humanas e naturais, as artes, a educação física, a língua estrangeira. Ciclo Autoral (7º ao 9º ano): corresponde aos três últimos anos do Ensino Fundamental. O enfoque para a autoria, a partilha e a autonomia. Ao final dos nove anos o aluno produzirá o trabalho colaborativo Autoral – TCA (SÃO PAULO – SME, 2013).

No Ensino Médio, os conhecimentos do Ensino Fundamental são aprofundados, intencionando associar o currículo ao preparo para o mercado de trabalho e exercício da cidadania, possibilitando a formação ética, autonomia intelectual, pensamento crítico e

compreensão de princípios científico-tecnológicos. É essencial enfatizar as metodologias que permitem e estimulam o acesso às Tecnologias da Informação (SÃO PAULO – SME, 2013).

Sobre a formação docente serão criados sistemas de formação e Polos de Universidade Aberta do Brasil que funcionarão em Centros Educacionais Unificados com diversos cursos de graduação, Aperfeiçoamento, Especialização e Mestrado (SÃO PAULO – SME, 2013). A proposta curricular do Estado de São Paulo foi implementada em 2008 e foi planejada de forma que todos os alunos em idade de escolarização pudessem fazer o mesmo percurso de aprendizagem nas disciplinas básicas (SÃO PAULO – SEE, 2008).

Há um conjunto de documentos direcionado aos professores e aos alunos, denominados Caderno do Professor e Caderno do Aluno. São elaborados por disciplina, série (ano) e bimestre. Apresentam situações de aprendizagem, relacionado aos conteúdos disciplinares específicos e a aprendizagem em sala de aula, avaliação e recuperação. Trazem também técnicas e táticas de trabalho para as aulas (SÃO PAULO – SEE, 2008). Na visão de Moreira e Silva (1995) o currículo é um instrumento usado para tentar sobrepor a definição de cultura pertencente a um grupo influente da sociedade, bem como o conteúdo que a ela pertence.

Para formar um aluno crítico é necessário que o ponto de partida para a construção do conhecimento seja o rol de experiências que ele já possui e o senso comum presente no cotidiano. Silva (1990) afirma ainda que aliado a isso precisa haver um rompimento imediato com a aprendizagem por transferência. O propósito de todas as séries/anos e de todas as disciplinas escolares está no centro da competência leitora e escritora. Os gestores têm a função de oferecer formação continuada aos professores e gerar condições para que os docentes também alcancem essa competência (SÃO PAULO – SEE, 2008).

A relação teoria e prática deve acontecer em todas as disciplinas do currículo possibilitando que o conhecimento deixe de ser algo verbal e abstrato (SÃO PAULO – SEE, 2008). Dentre as habilidades que o aluno precisa apresentar ao final da educação básica, deve constar a competência para lidar com conhecimento dos fundamentos tecnológicos que guiam a vida moderna, para isso todas as disciplinas do ensino devem trabalhar de forma a desenvolver essas habilidades (SÃO PAULO – SEE, 2008).

objetivos do Ensino Médio é a preparação básica para o trabalho e a cidadania do aluno, de modo a prosseguir aprendendo e que tenha capacidade de se ajustar facilmente as novas circunstâncias de ocupação ou aprimoramento seguinte e deve existir uma articulação entre os currículos de formação geral e os currículos de formação profissional (SÃO PAULO – SEE, 2008).

Sobre o currículo de matemática, a rede municipal não apresenta prescrições específicas relacionadas aos componentes curriculares. A rede estadual de ensino afirma que a Matemática deve estar associada à Língua Materna e atentando aos recursos tecnológicos para transformar informações em conhecimento. Ao fixar conteúdos o que se deseja é uma junção firme e efetiva entre as diversas formas, temas e objetivos que baseiam o currículo (SÃO PAULO – SEE, 2008).

## 5. A Comparação das Propostas Curriculares do Estado e do Município de São Paulo

De acordo com Gimeno Sacristán (2000) qualquer finalidade associada à escola tem necessariamente representação nos objetivos que direcionam o currículo. As duas propostas analisadas apresentam claramente suas metas e dedicam várias de suas páginas definindo os princípios institucionais, metas quanto aos níveis de ensino, em relação à formação tecnológica bem como em relação à autonomia dos educandos.

O trabalho de Silva (1990) diz que quando o conteúdo é pré-determinado significa que houve uma previsão do produto resultante. Alunos e professores da rede estadual recebem frequentemente cadernos de apoio e aprendizagem, cujo objetivo é investir num eixo geral para construção de competências (SÃO PAULO – SEE, 2008).

Ambas as propostas dão ênfase à educação para o trabalho, principalmente no Ensino Médio. Ressaltam a essencialidade de que as disciplinas construam competências que permitam aos educandos obterem sucesso ao se inserirem no mundo profissional.

A Proposta estadual dedica um grande número de páginas detalhando a necessidade de articulação entre teoria e prática. Da mesma forma a Proposta Curricular Municipal detalha na sua reformulação a necessidade de fazer com que o aluno construa sua autonomia. De acordo com Gimeno Sacristán (2000), o currículo tem uma função de fazer uma conexão entre



escola, fazer a comparação entre os procedimentos utilizados e a atividade na vida prática.

As duas propostas também falam insistentemente do uso das tecnologias da informação e comunicação em sala de aula e a necessidade de que as disciplinas deem ênfase a essa habilidade. A proposta municipal cita essa importância desde o início do ciclo II, enquanto a proposta estadual dá ênfase nessa habilidade no ensino médio (SÃO PAULO – SEE, 2008; SÃO PAULO – SME, 2013). Silva (1990) afirma que em sala de aula o uso das tecnologias deve ser feito de forma crítica, analítica e não como ferramenta única que se faz sozinha, desacompanhada.

Tanto a proposta municipal quanto a proposta estadual mencionam de forma insistente a necessidade de construção da competência leitora e escritora (SÃO PAULO – SEE, 2008; SÃO PAULO – SME, 2013). A proposta municipal prevê a criação de um Sistema de Formação para atender as necessidades de continuidade na escolarização do professor. A proposta estadual cita a necessidade de o professor desenvolver a competência leitora e escritora.

A secretaria estadual de educação determina que os gestores tem a função de proporcionar formação a esses docentes de forma que todos tenham condições de atender esses alunos e possam também desenvolver plenamente essa competência. Em sua obra Tyler (1986) faz referência ao trabalho dos professores no sentido de que eles muitas vezes não conhecem os objetivos que almejam alcançar. Sobre a formação docente Freire (2014, p. 47) afirma que “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

A proposta curricular estadual é a mesma desde 2008 e não foi apresentada por meio de consulta aos docentes e alunos, a proposta municipal formulou documento que se submeteu à consulta pública em que todos os interessados puderam colaborar em sua redação final. A seguir apresentamos uma tabela que sintetiza as principais diferenças e semelhanças entre as propostas curriculares de Estado e do Município de São Paulo.

*Tabela 1. Semelhanças e diferenças das propostas curriculares da SEE e da SME.*

<i>Semelhanças das propostas curriculares da SEE e da SME.</i>	<i>Principais diferenças entre propostas curriculares da SEE e da SME.</i>
--	--



<i>Características comuns.</i>	<i>Secretaria Estadual de Ensino (SEE).</i>	<i>Secretaria Municipal de Ensino (SME).</i>
O detalhamento geral de seus objetivos.	Não houve consulta pública para formulação de sua proposta	Houve consulta pública para formulação de sua proposta
Os Documentos usados como parâmetro para elaboração das propostas são os mesmos.	Proposta implementada em 2008	Proposta implementada em 2014
Falam da necessidade de construção das competências leitora e escritora	Organização das escolas e alunos: Nível I (1º ao 5º ano), Nível II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio	Organização das escolas e alunos: Ciclo I (1º ao 3º ano), Ciclo II (4º ao 6º ano) e Ciclo III (7º ao 9º ano)
Importância em se relacionar as habilidades desenvolvidas com a prática cotidiana	Presença de conteúdos programáticos e cadernos de apoio e aprendizagem	Não há prescrição de conteúdos
Mostram a necessidade de investir na formação do professor.	Sistema de avaliação ligado ao currículo	Avaliação como parte do processo de ensino aprendizagem
Afirmam que o conhecimento é uma ferramenta para a autonomia.	Uso das tecnologias com ênfase no Ensino Médio	Uso das tecnologias com ênfase a partir do Ciclo II.
A importância em relação do uso das tecnologias da informação e comunicação	Ensino associado a projetos e atividades interdisciplinares não estão prescritos na proposta	Ensino associado a projetos e atividades interdisciplinares ligados aos ciclos de aprendizagem.
Todas as disciplinas deem ênfase ao uso das tecnologias em suas aulas.	Formação de professores responsabilidade dos gestores	Criação de um Sistema de formação de docentes.

## 6. Conclusão

Alguns autores ao se proporem a definir o currículo, determinar que este pode tornar-se um instrumento de dominação social, como mostra Moreira e Silva (1995). Sendo assim, o processo de escolarização passa antes pela explicação clara e concisa do que é currículo.

Concordamos com

Sperb (1979), quando afirma que é preciso antes de tudo determinar os objetivos, as metas da educação que se quer constituir, para então formatar o plano, a proposta curricular, definindo o que é aprendizagem e como ela acontece. Nesse caso ambas as propostas analisadas atendem essa premissa, pois ao longo de suas páginas estão especificadas e detalhadas as metas pretendidas, para os níveis básico, médio, para os ciclos de aprendizagem, bem como para os alunos da EJA.

As propostas são semelhantes quando citam a grande necessidade de que as instituições de ensino relacionem as habilidades desenvolvidas com a prática cotidiana e que esses conhecimentos tenham função mediadora em situações reais, onde seja necessário interceder e ambas enfatizam a necessidade de formar alunos com competência leitora e escritora.

As duas propostas analisadas afirmam e valorizam o uso das tecnologias da informação e comunicação em atividades da prática diária da construção do conhecimento. Na visão de Almeida e Valente (2011) as tecnologias tornam possível revelar opiniões. Para Silva (1990), tal ferramenta deve ser utilizada de maneira crítica associada a outros recursos e instrumentos de construção do saber para alcançar maior eficiência.

A proposta estadual afirma a necessidade de que educando ao fim do ensino médio consiga utilizar os fundamentos tecnológicos. Já a proposta municipal menciona as tecnologias de informação como metodologia para o alcance da autoria e da autonomia dos educandos que serão de grande valia para a construção das competências leitora, escritora e na resolução de problemas matemáticos. É através da escolarização que um indivíduo movimenta-se, ganhando projeção no âmbito social e consegue ultrapassar barreiras para sua introdução no mercado de trabalho competitivo (BARRETO, 2000).

As duas propostas enfatizam o ensino médio com formação voltada para o preparo desses alunos para o mercado profissional, mencionando a importância do trabalho para a sociedade e um currículo orientado e adequado a essa finalidade, com conteúdo específico e direcionado.

Sobre a formação docente as duas propostas concordam ser necessário oferecer espaços de aperfeiçoamento profissional. Para a proposta estadual essa responsabilidade cabe aos gestores e a proposta municipal informa sobre a criação de um sistema de formação e um Polo de Universidade Aberta.

Sobre as diferenças encontradas também se pode citar a ausência de conteúdos programáticos na proposta municipal enquanto na proposta estadual há a presença de

cadernos de apoio e

aprendizagem para professores e alunos. Goodson (2002) afirma que um currículo elaborado dessa forma é tendencioso e determina em si uma relação de poder.

A proposta estadual determina um sistema de avaliação oficial e vinculado ao currículo. Uma proposta que prevê conteúdos suprime a autonomia e uma que compreenda também uma avaliação formal ligada a esses conteúdos elimina completamente as possibilidades de construir uma escola independente e livre como afirmam Moreira e Macedo (2001). A proposta municipal prevê avaliações formativas ligadas ao processo ensino-aprendizagem.

Uma diferença relevante é a organização das escolas de ensino fundamental II da rede municipal em três ciclos de aprendizagem. A rede estadual de ensino está organizada em três níveis, sendo o ensino fundamental I o ensino fundamental II e os três anos do ensino médio.

Assim como Barreto (2000) acreditamos que a melhoria na qualidade de vida passa pela qualidade da educação e das metodologias educacionais utilizadas, mas esse progresso está intimamente ligado aos aspectos sociais, econômicos, políticos e são esses aspectos que vão determinar os objetivos presentes nas propostas curriculares.

As cobranças existentes em relação às escolas e aos profissionais de educação estão relacionadas a questões sociais percebidas. A sociedade espera que as unidades educacionais resolvam todos os problemas apresentados por ela. Responsabiliza apenas a escola pela baixa qualidade da educação e pelo fracasso na formação dos educandos e desconsideram os outros mecanismos que a compõem, não lembrando inclusive que o primeiro lugar onde essas questões sociais se apresentam é no ambiente escolar.

## 7. Agradecimentos

Agradecemos aos avaliadores do presente trabalho pelos comentários e sugestões que contribuíram para o enriquecimento e maior clareza ao texto, diminuindo as ambiguidades, aumentando as conexões entre as principais ideias e com informações mais acessíveis aos nossos leitores.

## 8. Referências

ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, A. J. **Tecnologias e Currículo**: trajetórias convergentes ou divergentes? Coleção Questões Fundamentais da Educação. São Paulo: Paulus, 2011. 96 p.

BARRETO, E. S.

S. **Os Currículos do Ensino Fundamental**. Fundação Carlos Chagas. Coleção Formação de Professores; 2 ed., São Paulo: Editora Autores Associados Ltda, 2000. 260 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 144 p.

GOODSON, I. F. **Currículo: Teoria e História**. 5 ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 144 p.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia Científica**. 3 ed., São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012 125 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, M. E. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2010. 320 p.

MOREIRA, F. A.; SILVA, T. T. Sociologia e Teoria Crítica do currículo: Uma introdução. In. MOREIRA, F. A.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade. Currículo, Cultura**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995. p. 7 – 38. 154 p.

MOREIRA, F. A.; MACEDO, E. F. Faz sentido ainda o conceito de transferência educacional? In. MOREIRA, F. A. (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. Coleção Magistério: formação e Trabalho Pedagógico; 4 ed., Campinas: Papirus Editora, 2001. p. 11 – 14. 184 p.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo – Uma reflexão sobre a prática**. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 2000. 232 p.

SÃO PAULO – SEE. Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Matemática e suas tecnologias**: São Paulo, 2008. 70 p.

SÃO PAULO – SME. Prefeitura de São Paulo – educação. **Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo**. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo: São Paulo, 2013. 52 p.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed., São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, M. T. N. **A Construção do Currículo na sala de aula: o professor como pesquisador**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1990. 80 p.

SPERB, D. C. **Problemas Gerais do Currículo**. 5 ed., Porto Alegre: Globo, 1979. 347 p.

TYLER, R. W. **Princípios básicos de currículo e ensino**. 10 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1986. 120 p.